

17 AGO 1961

# Democracia e autoritarismo

Dom Lourenço de Almeida Prado, OSB

**P**oderíamos dar a estas reflexões, sem mudar-lhes o sentido ou a direção, o título de democracia e voluntarismo.

Fala-se muito, em nosso meio, em autoritarismo, em entulho autoritário, com alguma razão, embora quase sempre, ao menos nos palanques de praça pública, nos congressos de partidos e, mesmo, nas assembléias legislativas e, até, na Constituinte, sem avaliar bem o que estão dizendo, sem situar bem onde está ou estaria o autoritarismo e, sobretudo, sem propor o remédio adequado e, quase sempre, desejando ou tentando curar um autoritarismo com outro, não menos opressivo. *O similia similibus curantur* da medicina antiga não dá certo.

Ao contrário, violência não se cura com violência, autoritarismo não se desfaz impondo um autoritarismo maior que o abafe.

Há um autoritarismo mais radical que se está querendo implantar, usando a astúcia de fazê-lo insinuar-se como se não o fosse — areia nos olhos dos outros.

É um autoritarismo mais radical e mais nuclear do que o outro que se diz combater. O outro atinge o corpo, colocaria na cadeia, tiraria a vida; este sufoca o pensamento, encarcera a inteligência, avilta o homem na sua nobreza fundamental de ser pensante e livre.

É a tirania do grito, do não deixar tempo para pensar, do voluntarismo contra lucidez, isto é, contra o humano diálogo à procura da verdade. E, não raro, se verifica ou se vem presenciando a cena ignóbil de um político, sufocado pela vociferação circunstante, engolir em seco a sua palavra, e, ainda, *ser estrangulado, pelo medo de ser alinhado entre reacionários, a declarar, como que acovardado, que esse quadro humilhante é uma demonstração de democracia. "Democracia é assim."*

Se democracia é assim, democracia é uma convivência desumana. Se democracia é uma resultante de pressões que oprimem, que não deixam falar, a não ser os que repitam slogans impostos por uma conscientização domesticadora, democracia é fabricadora de escravos.

Democracia não é isso. Essa nobre palavra tem sido muito adulterada e poluída. Qualquer chefe esquerdista se diz democrata. Democrata seria, então, Stalin ou Fidel. Um ditador totalitário seria democrata.

Democracia não é isso. A democracia que desejamos não é essa. A democracia, que é a estruturação da sociedade digna do homem — ao contrário do socialismo que quer reduzir o homem a servidor do estado —, tem que ter como princípio básico e referência fundamental o fato de ser o homem uma pessoa livre, chamado a inserir-se no corpo social, não como servo, mas como membro criador e atuante, cada qual com sua vocação própria, igual e diferente do outro, para contribuir com a sua qualificação peculiar para a formação da sociedade civilizada, ordenada ao Bem Comum, que consiste, não na formação de uma coletividade forte (de um estado forte) e, por isso mesmo, inevitavelmente geradora de opressão, mas na criação daquelas condições que permitam e favoreçam a expansão livre de cada pessoa humana; sociedade una, mas não uniforme, pois a sua unidade resulta da concórdia.

Por mais desagradável e selvagem que tenha sido o atentado ao presidente Sarney, na Praça 15, cheguei a pensar que (como afinal não aconteceu morte) teria sido um desses males que vêm para bem. O mal veio, mas o bem esperável parece não ter vindo.

O bem que esperava viesse dessa agressão ao chefe de governo seria a tomada de consciência pelas autoridades de que uma atmosfera de violência, acobertada ou mascarada com o nome de democracia, estava, na verdade, criando entraves invencíveis à vida democrática.

Aplauso, não aplauso (ou silêncio), vaia são acontecimentos normais em teatro, esporte, congressos e comícios políticos. Nestes o mais freqüente são aplausos: o "a favor", mesmo que seja tolice, é acolhido com aplausos. No esporte, varia; nem sempre está em jogo a qualidade: o torcedor, na medida da educação, aplaude o seu time, vaia o adversário e, quando magoado, aplaude o adversário e vaia o seu treinador. No teatro, sobretudo, na música, torna-se cada vez mais freqüente a insensatez ou a falsa participação: os aplausos são vaias, apupos, assobios. É a participação poluída: quando o órgão de participar seria o ouvido — seria ouvir — orrorrompe um frenesi

de gritos histéricos (quando não palavrões e coisas similares), impedindo qualquer audição. Participar é impedir que se participe. Ruído não deixa ouvir.

Isso, sem falar num outro tipo de participante negativo, ou de entravador de participação. É o palpiteiro. Nesta época de igualitarismo, dominada pelo programador tipo Xuxa ou pelo locutor esportivo que não se limita ao esporte, mas discorre sobre todas as coisas sabíveis ou não sabíveis, o palpiteiro tem todas as vezes. "Palpite", diz o Dicionário, "é o dito, do intrometido." Daquele que se mete a falar sobre o que não entende. E, quando é plenamente palpiteiro, se intromete tanto que não deixa vez para o entendido falar.

É o que está acontecendo no debate político. Não se deixa a quem tem algo a dizer a oportunidade de falar, porque o palpite fala sempre.

Pensei que, com o episódio da agressão ao Presidente, as autoridades começassem a desconfiar que não podiam aceitar como expressão de democracia, não só o grevismo opressivo que põe a sociedade na parede e impõe-lhe a pretensão — justa ou injusta, legal ou ilegal (a greve é um movimento acima da lei) — de um grupo contra a comunidade que fica indefesa, mas também toda sorte de pressão, na base do grito e da agitação, que não deixa as instituições funcionarem. Esse domínio do ruído não constitui prática democrática mas manifestação insidiosa de autoritarismo e tirania. Tirania das mais perversas, pois é movida por uma minoria audaciosa (algo que faz pensar na recente descoberta dos assaltantes que perceberam que, com um trabuco e ousadia, bastam dois para dominar um banco, uma família, até uma guarda policial), por uma minoria atrevida, mas ignorante e insensata.

A agressão ao Presidente é o mesmo fenômeno pelo qual um grupelho não permitia que um Conselho Estadual de Educação se reunisse e discutisse o que lhe cabia, por lei, discutir e decidir; o mesmo fenômeno que incendiava ônibus no Rio de Janeiro ou submetia o ministro da Educação à humilhação de se ver rodeado de faixas, cartazes, manipulados por um grupo insolente, em pleno recinto da Comissão de Educação da Constituinte, para inviabilizar a conversa livre de pessoas que tinham títulos especiais para falar sobre educação. E a insensatez política tomou a feição mais indistigável, quando o PMDB reuniu o seu congresso, para discutir, isto é, para que cada membro se dirigisse à inteligência do outro e ouvisse a inteligência do outro (fala-se tanto em diálogo, mas parece que freqüentemente os dialogantes são assim), mas ninguém pôde falar, tudo foi abafado e sufocado pelo tumulto irracional (ou pré-racional).

Quando ninguém ouve, ninguém, a rigor, está falando. A própria Assembléia Constituinte está sendo assim. Terá sentido os Pais da Pátria se reunirem para estudar, pensar e elaborar uma constituição e chegar à conclusão que chegou, por suma ironia, a intitulada Comissão da Educação e Cultura, isto é, a de não chegar a concluir? Disse o Presidente da República, na véspera de sua instalação, que nunca uma Constituinte se reuniu tão livre de pressões; direi que nunca isso ocorreu tão sufocado por pressões.

Disse inicialmente que esse autoritarismo poderia ser dito igualmente voluntarismo. O assunto nos levaria longe demais e iria muito além do nosso espaço. Concebe-se a lei como um instrumento de dominação de um grupo sobre outro; do estado, como expressão do coletivo, sobre a pessoa ou o grupo menor: como formulação da vontade de um tirano ou de grupo dominador. Lei não é, não pode ser a expressão de uma vontade que manda e domina. Nem a lei de Deus emana de sua vontade. Mas da inteligência divina. A nossa lei, também, não pode ser uma expressão de mando. Um preceito pode ser: uma lei, não. A lei é "uma ordenação de razão em vista do Bem Comum". Isto significa que é a inteligência que inquire e pesquisa para descobrir o que exige, o que postula a natureza das coisas e a vida das pessoas e o que lhes é conveniente.

Uma Assembléia Constituinte a que é tirado, pelo grito da galeria, o direito de pensar e dialogar, de pesquisar junta e formular com inteligência atenta, predisposta a ouvir a fala dos outros e a fala da natureza das coisas, não é uma Assembléia democrática e, só por acaso, construirá uma democracia. A menos que democracia seja uma palavra posta como engodo, para iludir os distraídos.